



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GINO DE CASTRO PINORI

**A VINDICAÇÃO DE IMPÉRIO NO PANFLETO *ENGLISH HUMANITY NO  
PARADOX* (1778)**

BRASÍLIA

2021

GINO DE CASTRO PINORI

**A VINDICAÇÃO DE IMPÉRIO NO PANFLETO *ENGLISH HUMANITY NO  
PARADOX* (1778)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharelado em História.

Orientador(a): Daniel Gomes de Carvalho

Brasília — DF

2020

TERMO DE APROVAÇÃO

GINO DE CASTRO PINORI

A VINDICAÇÃO DE IMPÉRIO NO PANFLETO ENGLISH HUMANITY NO  
PARADOX (1778)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de bacharelado em História, pela seguinte banca:

---

Prof. Dr. Daniel Gomes de Carvalho  
Orientador – Departamento de História  
Universidade de Brasília, UnB

---

Prof. Dra. Marina Thomé Bezzi  
Departamento de História  
Universidade de Brasília - UnB

---

Dr. Marcus Oliveira  
Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista – Unesp

## AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa não surge do vazio. Ela é resultado do esforço do pesquisador e do inestimável apoio de todos que a tornaram possível, com suas recomendações, palavras de afeto e incentivos. Embora simples, essa monografia é um marco da minha trajetória acadêmica e de vida. É a concretização de investimentos, desejos, frustrações e aprendizados. E o símbolo do fim de uma das mais proveitosas jornadas feitas por mim.

Não poderia deixar de agradecer aos amigos que me acompanham desde antes da graduação e aos que fiz no decorrer desta. Júlia Maria, Mário Sérgio, Nathália Assis, Gabriel Luan, Lua Vitória, Ingrid Soares, Márcia Cecília, Maria Clara, Janaína Santana e vários outros. A companhia de cada um de vocês trouxe mais cor e brilho a esses anos repletos de mudanças, tragédias, conquistas e derrotas. Não poderia ter me cercado de amizades melhores.

Agradeço meu antigo orientador, Luiz César de Sá, por ter me introduzido nesses temas que tanto aprecio e que fizeram de mim um pesquisador melhor e mais feliz, e ao meu atual orientador, Daniel Gomes de Carvalho, que, com suas observações, indicações, profissionalismo e boa vontade, reacendeu dentro de mim o desejo de pesquisar. Não fosse seu indispensável acolhimento e amizade, essa pesquisa não teria chegado até aqui. Destaco, do incrível departamento de história da UnB, Maria Filomena Pinto da Costa Coelho, André Gustavo de Melo, Tiago Luís Gil, Francisco Doratioto e Luiz Paulo Nogueiról, verdadeiros exemplos de pesquisadores talentosos e pessoas compromissadas. As aulas de cada um desses tornaram minha experiência acadêmica infinitamente mais rica e bela.

Agradeço à minha psicóloga, Maria Lúcia da Costa, por seu empenho em me ajudar a alcançar minha melhor versão em todos os momentos positivos e negativos. Por último, e mais importante, agradeço à minha mãe, Silvana Lúcia de Castro, que me criou da melhor forma que pôde e que, mesmo com as grandes barreiras financeiras e sociais que ser mãe solo apresentaram, sempre me incentivou a perseguir todos os meus sonhos. Se posso me declarar bem-sucedido em alguma coisa, é em última instância graças a seu infindável apoio e perseverança. Obrigado por ter me ajudado a sonhar com dias melhores mesmo nos anos mais sombrios.

Aos que partiram e aos que continuam, meus eternos agradecimentos.

## RESUMO

A presente monografia tem por objetivo analisar o panfleto *English Humanity No Paradox, or, An attempt to prove, that the English are not a Nation of Savages*, publicado em 1778, e demonstrar que, para além de um panfleto de reação às ironias dos célebres philosophes franceses Rousseau e Voltaire, era destinado a defender a ideia de império inglês e as razões pelas quais este seria superior aos outros impérios da Europa e do resto do globo. Para tal, as produções escritas de Long, sua história, e a produção historiográfica concernente a ambos será analisado no primeiro capítulo. O segundo capítulo abordará a reação de Long às afirmações de Voltaire sobre a selvageria do teatro inglês, assim como sua contra argumentação. Por fim, o terceiro capítulo se dedica às respostas de Long para a acusação de Rousseau que pensou o alto consumo de carne por parte dos ingleses como uma prova de sua selvageria.

Palavras-chave: Edward Long; Selvageria; Humanidade; Iluminismo; Philosophes; Rousseau; Voltaire; Ingleses; história intelectual; panfleto.

## ABSTRACT

This monograph aims to analyze the pamphlet *English Humanity No Paradox, or, An attempt to prove, that the English are not a Nation of Savages*, published in 1778, and demonstrate that, in addition to a reactionary pamphlet to the ironies of the famous French philosophes Rousseau and Voltaire, it was intended to defend the idea of English empire and the reasons why it would be superior to the other empires of Europe and the rest of the globe. To this end, Long's written productions, his history, and the historiographical production concerning both will be analyzed in the first chapter. The second chapter will address Long's reaction to Voltaire's statements about the savagery of English theatre, as well as his counterargument. Finally, the third chapter is devoted to Long's answers to Rousseau's accusation that he considered the high consumption of meat by the English as a proof of their savagery.

Keywords: Edward Long; Savagery; Humanity; Enlightenment; Philosophes; Rousseau; Voltaire; English; intellectual history; pamphlet.

## Sumário

<i>Introdução</i> .....	7
<i>Capítulo 1: Um império inglês?</i> .....	9
1.1. Edward Long: A humanidade inglesa sem paradoxos.....	9
1.2. Edward Long na historiografia .....	10
<i>Capítulo 2: Long versus Voltaire</i> .....	16
2.1. Uma apologia a Shakespeare .....	17
2.2. O maior dos <i>philosophes</i> .....	20
2.3. O papismo.....	21
<i>Capítulo 3: Legitimidade imperial</i> .....	25
3.1. A acusação, ou uma disputa entre visões de humanidade .....	25
3.2. O império contra-ataca .....	29
3.3. Mesmo no erro, um acerto. E a razão de escolher pessoas célebres. ....	31
<i>Conclusão, ou o poder de um bom título</i> .....	32
<i>BIBLIOGRAFIA</i> .....	33

## Introdução

Um império não se estabelece sem causar discussões sobre sua validade, sua organização político econômico e social, e sobre como se portar perante outras nações que escapam de seu domínio. A presente monografia tem como objetivo analisar o panfleto *English Humanity No Paradox, or, An attempt to prove, that the English are not a Nation of Savages (1778)*, escrito por Edward Long, um jurista e proprietário de terras e de escravizados do século XVIII. Long morou na Jamaica por cerca de doze anos, e retornou a Londres por questões de saúde. Nos anos seguintes a seu retorno, se concentrou em produzir uma vasta história da ilha, publicada em três volumes no ano de 1774. E quatro anos depois, enfim, redigiu o panfleto aqui analisado, dedicado a responder comentários ácidos realizados por Voltaire e Rousseau sobre diferentes aspectos da “cultura” inglesa setecentista.

Para além de uma história da Jamaica e um panfleto que responde as acusações, essas produções escritas podem ser lidas enquanto uma vindicação de Império Inglês. Vindicação nada mais é que o ato de reclamar ou exigir a restituição de algo. Aparece no dicionário de latim e francês de Antoine Fuitière — posteriormente adaptado por Brillant — de modo semelhante: ou como palavra antiga utilizada para se referir a vingança, ou como um termo jurídico sinônimo de reivindicação, utilizado para reclamar o direito a algo.<sup>1</sup>

Esse é o principal objetivo dos capítulos a seguir: argumentar que, assim como Trevor Burnard leu *The History of Jamaica* enquanto uma crítica ao império — o que Long achava que podia ser melhorado e como —, *English Humanity No Paradox* pode e deve ser compreendida não apenas como defesa do caráter nacional inglês, mas também como uma vindicação de império, ou seja, como uma defesa à validade do império, atacada por dois dos mais célebres intelectuais de seu tempo.

---

<sup>1</sup> FUITIÈRE, Antoine / BRILLANT, Abbé. **Dictionnaire universel françois et latin** : vulgairement appelé dictionnaire de Trévoux, contenant la signification & la définition des mots de l'une & de l'autre langue, avec leurs différens usages; les termes propres de chaque etat & de chaque profession : la description de toutes les choses naturelles & artificielles; leurs figures, leurs espèces, leurs propriétés: L'explication de tout ce que renferment les sciences & les arts, soit libéraux, soit mécaniques, &c. Avec des remarques d'érudition et de critique; Le tout tiré des plus excellens auteurs, des meilleurs lexicographes, etymologistes & glossaires, qui ont paru jusqu'ici en différentes langues. Paris : Compagnie de libraires associés, 1771, p. 413,

Assim, o primeiro capítulo é dedicado a apresentar o corpus documental, a vida de Edward Long, o que a historiografia pontuou ou, na maioria dos casos, deixou de pontuar sobre a relação de seus escritos com a ideia de império, e, por fim, como os “atos de fala”<sup>2</sup> no que condizem à vindicação imperial se revelam. O segundo capítulo é dedicado a entender como Long interpretou a ironia de Voltaire e transformou o status do *philosophe* em uma inestimável ferramenta para alavancar o prestígio inglês e suas ambições imperiais. O terceiro e último capítulo se aprofunda nos debates sobre selvageria e a extensão da multiplicidade humana para entender como Long pôde utilizar e validar suas conclusões sobre raça para (tentar) rebater Rousseau e ir contra seu discurso anti-imperialista, e no motivo da escolha de philosophes célèbres. A conclusão, por sua vez, encerra a monografia ao explicar como a defesa ao império pode ser percebida no próprio título do panfleto.

---

<sup>2</sup> SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. **Revista Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, p. 358-399, 2017.

## Capítulo 1: Um império inglês?

### 1.1. Edward Long: A humanidade inglesa sem paradoxos

Conquistada pela Inglaterra no ano de 1655, a ilha da Jamaica tornou-se, no decorrer do século XVIII, a mais lucrativa colônia do império britânico pela produtividade de suas plantações e pela variedade comercial, o que resultou na alcunha de “joia da coroa”. A prosperidade econômica não era sinônimo de paz social. As tensões entre os diferentes componentes do extrato social — plantadores brancos, a sociedade de libertos e descendentes, e as populações escravizadas — eram responsáveis por uma atmosfera de constante preocupação e violência. A capacidade de se defender em conflitos era requerida do mais pobre ao mais rico dos habitantes da ilha, em uma realidade na qual a extrema violência contra os escravizados era justificada pelos desejos de produção e pelo temor da insurreição, e esses exatos atos de violência incentivavam essas populações privadas de liberdade a reagir<sup>3</sup>.

Foi nessa realidade de crescente prosperidade econômica e tensão social que Edward Long chegou na ilha, no ano de 1757, para assumir as propriedades que herdou de seu falecido pai. Neto de Samuel Long, influente político local e dono de uma grande propriedade na província de Clarendon, Edward pertencia às mais altas esferas da elite jamaicana. Essa posição foi reforçada com o casamento de sua irmã e sir Henry Moore, nascido na Jamaica e então governador da ilha, assim como com o próprio matrimônio, contraído com Mary Palmer, rica viúva, proprietária de terras, e membro da mais rica e poderosa família da região<sup>4</sup>.

Os onze anos que habitou a ilha foram essenciais para a formação de sua visão sobre a política na Jamaica, na Inglaterra e na ideia de Império Britânico. Presenciar a maior insurreição escrava do século XVIII, ocorrida em 1760, moldou a carreira política e literária de Long, que variou de propostas ao conselho colonial para proibir o tráfico de escravizados africanos oriundos das costas africanas à *magnum opus*, *The History of*

---

<sup>3</sup> BURNARD, Trevor. **Jamaica in the Age of Revolution**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2020, p.5; 25-30.

<sup>4</sup> *Ibid.* p.47.

*Jamaica* (1774), e o *phamphlet* a ser analisado nesta monografia, *English Humanity no Paradox: Or, an Attempt to Prove, That the English are not a Nation of Savages* (1778)<sup>5</sup>.

O que pretendo argumentar nesse capítulo, e, em maior escala, no decorrer da monografia, é que Long demonstrou seu apoio a manutenção e ampliação de um império inglês ao defender o “caráter nacional” superior dos britânicos. A defesa dessas ideias o colocou contra Voltaire, Rousseau e outros *philosophes* franceses. Muito foi escrito sobre as conclusões de Long no que condiz à humanidade e a formação de “raças humanas”, mas pouco se falou sobre suas outras propostas, que, interligadas às discussões sobre raça, permitem compreender como ele idealizava a Jamaica e o império britânico como todo<sup>6</sup>.

## 1.2. Edward Long na historiografia

Muito já se escreveu sobre a escrita de Long e suas conclusões sobre os escravizados. Em 1956, Elsa Goveia publicou uma síntese da historiografia das Índias Ocidentais, *A Study on the historiography of the British West Indies to the end of the nineteenth century*. No que concerne a Long, Goveia o descreve enquanto alguém que possuía uma experiência de mundo maior do que a dos demais habitantes da Jamaica, que o tornaria mais consciente e explicaria o tom crítico utilizado ao longo de *History of Jamaica*. Ela argumentou que Long, por ser um “*whig* convicto”, era contra o domínio imperial por não confiar no poder executivo do governo. Como o governo era imperial, na lógica apresentada, o império também seria alvo dessa desconfiança<sup>7</sup>.

Para a maior parte da historiografia, *The History of Jamaica* foi utilizada como uma dentre várias fontes para explicar fosse a escravidão no Caribe, fosse a desumanização dos escravizados que eram parte do Império Britânico: na década de 1970, David Brion Davis, em seu famoso livro *The Problem of Slavery in the Age of Revolution* (1975), utilizou dos escritos de Long para explorar o debate acerca da legalidade e

---

<sup>5</sup> LEIGH, Devin. The origins of a source: Edward Long, Coromantee Slave Revolts and The History of Jamaica. *Slavery & Abolition*, v. 40, n. 2, 2019, pp. 305-307; BURNARD, Trevor. *Jamaica in the Age of Revolution*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2020, p.31.

<sup>6</sup> BURNARD, Trevor. *Jamaica in the Age of Revolution*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2020, p.46.

<sup>7</sup> GOVEIA, Elsa V. *A Study on the historiography of the British West Indies to the end of the nineteenth century*. Washington, D.C.: Howard University Press, 1980 [1956], p.56.

moralidade da escravidão no período posterior ao julgamento de Somerset<sup>8</sup>. Andrew S. Curran utilizou *History* para seu capítulo dedicado à “história natural da escravidão”, no livro *The Anatomy of Blackness* (2011)<sup>9</sup>. Silvia Sebastiani, em 2014, escreveu um artigo dedicado a explorar as visões sobre a humanidade ou falta dela nos escravizados do Império Britânico com base em *The History of Jamaica*, de Edward Long, e *Antient Metaphysics*, de Lord Monboddo<sup>10</sup>. Suman Seth, em seu artigo *Materialism, Slavery, and The History of Jamaica* (2014), adentrou no debate iluminista sobre o surgimento de raças humanas por meio de uma análise do trabalho de Long junto de Hume, Buffon, e Kant. Devin Leigh explorou a trajetória de Long na Jamaica e seu retorno à Londres para explicar as conclusões raciais presentes em *History*, enquanto Trevor Burnard [2017] e Vincent Brown (2020) colocam *History* dentre as fontes escolhidas para compreender a Revolta de Tacky<sup>11</sup>.

De todos esses, o único a dar maior atenção às intenções imperiais de Long foi Trevor Burnard, que explorou o tema com dedicação no segundo capítulo de *Jamaica in the Age of Revolution* (2020). Para ele, as numerosas análises historiográficas de *The History of Jamaica* não leram as descrições e comentários econômicos de Long enquanto motivadas por uma obsessão em “emular o sucesso da colonização francesa em Saint-Domingue” e garantir que a colônia jamaicana alcançasse seu potencial total. “A Grã-Bretanha”, continua, “via a si própria como a nova Roma, e, como sua famosa predecessora, imaginou seu controle estendido ao redor do mundo”<sup>12</sup>.

---

<sup>8</sup> DAVIS, David Brion. **The Problem of Slavery in the Age of Revolution: 1770-1823**. New York: Oxford University Press, 1999 [1975], pp.473-478

<sup>9</sup> CURRAN, Andrew S. **The Anatomy of Blackness: Science & Slavery in an Age of Enlightenment**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011.

<sup>10</sup> SEBASTIANI, Silvia. Challenging Boundaries: Apes and Savages in Enlightenment. Disponível em: HUND, Wolf D. (et al). **Simianization: Apes, Gender, Class, and Race**. Zürich: LIT Verlag, 2015.

<sup>11</sup> O caráter expositivo desse parágrafo se justifica pela pouca discussão realizada por esses autores no que diz respeito às ideias imperiais de Long. Respectivamente, a bibliografia citada é: SETH, Suman. Materialism, Slavery, and *The History of Jamaica*. **Isis**, vol. 105, 2014, n. 4, pp.764-772; BURNARD, Trevor. Slavery and the Enlightenment in Jamaica and the British Empire, 1760–1772: The Afterlife of Tacky’s Rebellion and the Origins of British Abolitionism. Disponível em: TRICOIRE, Damien (ed.). **Enlightened Colonialism: Civilization Narratives and Imperial Politics in the Age of Reason**. Cham: Palgrave Macmillan, 2017; LEIGH, Devin. The origins of a source: Edward Long, Coromantee Slave Revolts and The History of Jamaica. **Slavery & Abolition**, v. 40, n. 2, 2019, pp.295-320; BROWN, Vincent. **Tacky’s Revolt: The Story of an Atlantic Slave War**. London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2020.

<sup>12</sup> Ibid. p. 48. Tradução própria de “(...) was failing to emulate the success of French colonization in Saint-Domingue” e “Britain saw itself as the new Rome and like its famous predecessor imagined it’s rule extending throughout the world”.

A “nova Roma”, portanto, não estava sozinha em suas ambições imperiais, e tinha nos franceses notável competição. A França se adentra de fato na empresa colonial com a ascensão de Jean-Armand du Plessis, o famoso Cardeal de Richelieu, que, incentivado pelas ideias mercantilistas das elites francesas e pelo desejo de quebrar o poder e predominância da Espanha e da casa de Habsburgo, começou a investir na expansão marítima francesa com a criação da Compagnie de Saint-Christophe, em 1624<sup>13</sup>. O império francês se consolidou entre os anos de 1683 e 1713, que incluiu, dentre os acontecimentos, a incorporação oficial de Saint-Domingue, atual Haiti, e o expressivo aumento da monocultura açucareira, associado diretamente ao aumento de exportação de escravizados<sup>14</sup>.

A administração de Saint-Domingue, como visto, era ponto fulcral da análise de Long, que comparou a ilha vizinha à Jamaica. O resultado dessas comparações, para Burnard, é *The History of Jamaica*, entendida por ele não como um relato e ou uma história, mas sim uma crítica do império. Long começa a comparação ao relembrar a criação de uma cidade com propósitos turísticos (um *resort*) na região leste, quando do governo de Edward Trelaney. A cidade, que floresceu no início, se encontrava parcialmente abandonada e entregue à poeira no ano de 1628. Mais do que a consequência da incapacidade de união dos habitantes e frequentadores graças à turbulência política da década de 1750, o fracasso de Bath representava a inferioridade da máquina colonial inglesa perante a francesa<sup>15</sup>.

A empresa colonial francesa, Long argumentava, possuía “um espírito (...) que permeia cada parte de seu império; (...) em seu sistema o estado é ao mesmo tempo os princípios autoconsciente e executor.”<sup>16</sup>, diferentemente do estado imperial britânico, cujo “fracasso em determinar e planejar de modo cuidadoso um futuro no qual Bath teria sucesso enquanto resort”, associado à incapacidade dos jamaicanos de “transformar entusiasmos curtos em esquemas com um longo futuro”, levaria à predominância da

---

<sup>13</sup> BANKS, Kenneth J. **Chasing Empire Across the Sea: Communications and the State in the French Atlantic 1713-1763**. McGill-Queen's University Press, 2003, pp.15-17.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p.27.

<sup>15</sup> BURNARD, Trevor. **Jamaica in the Age of Revolution**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2020, p.44.

<sup>16</sup> LONG, Edward. *The History of Jamaica...*, 3 vols. London: T. Lowndes, 1774, pp.941-949 *apud* BURNARD, Trevor. **Jamaica in the Age of Revolution**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2020, p.44. Tradução própria de “there is a spirit (...) which pervades every part of their empire; (...) in their system the state is at once the sentient and the executive principle.”

França sobre a Grã-Bretanha. Assim como os britânicos superaram os portugueses no comércio de açúcar na segunda metade do século XVII, os franceses superariam os britânicos em suas principais produções, sendo a então inferioridade britânica central para a vantagem da França sob a Inglaterra<sup>17</sup>.

Long, conclui Burnard, admirava a colonização francesa da região das Grandes Antilhas, com seus planos implementados de modo rápido e eficaz, e a perseverança para garantir a execução dos mesmos. Os estandartes franceses, portanto, estavam acima do nível jamaicano. A admiração para com a empresa colonial francesa e a preocupação com uma suposta inferioridade britânica se inserem em um período de grande interesse por parte de letrados metropolitanos pela expansão imperial no Atlântico. O que distingue os escritos de Long para Burnard é sua “obsessão” com a privação da Jamaica de atingir seu potencial, enquanto Saint-Domingue florescia com o apoio de “uma benevolente administração imperial francesa”<sup>18</sup>.

O interesse dos britânicos pela discussão sobre império foi a consequência natural do aumento de autoestima dos mesmos após os sucessos expansionistas dos anos 1759-1763, que resultaram na presença britânica ao redor do mundo. Discursos de celebração e de reflexão sobre a posição das colônias atlânticas perante a Grã-Bretanha marcaram o período. Long contribuiu com o debate ao ressaltar a importância econômica da Jamaica para o império: a ilha era “a mais lucrativa e vantajosa colônia para a *Grã-Bretanha*, de todos os domínios de Sua Majestade”<sup>19</sup>.

O domínio da discussão moral contou com outra contribuição de Long: ainda que as colônias asiáticas recebessem maior desdém por seus laxativos costumes morais, as sociedades coloniais atlânticas não ficavam muito atrás. As práticas escravistas na Jamaica e a moralidade da escravidão entravam em foco de modo cada vez mais constante na metrópole inglesa e exterior. Os franceses, por exemplo, dedicaram grande atenção à crueldade dos senhores de escravos e as aparentemente inevitáveis revoltas escravas fruto dos maus-tratos. Preocupado com tais percepções negativas, propôs mudanças à estrutura

---

<sup>17</sup> BURNARD, Trevor. **Jamaica in the Age of Revolution**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2020, pp.44-45.

<sup>18</sup> *Ibid.*, páginas 45 e 48. Tradução própria de “aided by a benevolent French imperial administration”.

<sup>19</sup> LONG, Edward. *The History of Jamaica...*, 3 vols. London: T. Lowndes, 1774, pp.491-509 *apud* BURNARD, Trevor. **Jamaica in the Age of Revolution**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2020, p.49. Tradução própria de “the most advantageous and profitable colony to Great Britain, of any his Majesty’s Dominions.”

social da Jamaica, e se esforçou para combater as percepções dos maiores críticos às elites plantadoras das colônias do oeste, dentre eles Granville Sharp, chegando ao extremo de escrever páginas e páginas sobre a inferioridade africana e a legitimidade da escravidão com base em “relatos espúrios” de viajantes<sup>20</sup>.

Dentre as propostas de Long, estavam projetos que dariam fruto a longo prazo, como a formação de uma sociedade anglicizada, a mudança no comportamento de políticos e na educação ganhavam grande destaque. O comportamento individualista dos governadores em detrimento do bem-estar geral fez com que Long observasse a centralização do poder praticada pela coroa francesa de modo positivo, e que buscasse por um meio-termo entre ambos os sistemas, com menor liberdade política aos governantes, mas com a manutenção da balança de poder britânica. O absolutismo francês, para Long, possuía ambas as características, com a adição de um “bem estabelecido sistema de checks e balances” que não oprimia a população e garantia a execução de planos e provia os meios necessários para as atividades. Seus planos para a Jamaica, portanto, se espelhavam ainda que parcialmente, na configuração política, econômica e social de seu vizinho francês, a ilha de Saint-Domingue<sup>21</sup>.

Uma das sugestões mais interessantes de Long, como dito, foi na área da educação. Enviar as crianças para serem instruídas na Grã-Bretanha, argumentou, era contraproducente, e por isso a criação de escolas locais para a instrução de crianças creolas brancas. A educação na Grã-Bretanha, além de contraproducente, era perigosa para a empresa colonial: garotos jamaicanos poderiam se tornar obcecados em viverem na metrópole, e abandonarem definitivamente a colônia. Um sistema de educação sediado exclusivamente na Grã-Bretanha era responsável por privar a Jamaica de, a longo prazo, usufruir dos resultados de um investimento voltado à escolaridade local e diminuía o número de habitantes úteis que poderiam usar da educação para se dedicar à ilha e suas necessidades<sup>22</sup>.

Todas as propostas feitas por Long tinham como característica em comum, portanto, o medo de assistir a Jamaica ser eclipsada por sua vizinha francesa, que ganhava protagonismo até mesmo nas áreas de domínio britânico, como o tráfico local de

---

<sup>20</sup> BURNARD, Trevor. **Jamaica in the Age of Revolution**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2020, pp.51-53.

<sup>21</sup> *Ibid.*, pp.53-54.

<sup>22</sup> *Ibid.*, pp.57-58.

escravizados. As intervenções governamentais dariam à Saint-Domingue uma sociedade mais equilibrada em comparação à Jamaica, e o *Code Noir* era aclamado por Long como capaz de romper com as acusações de crueldade feitas contra os franceses<sup>23</sup>. Mas todo o exposto é centrado em *The History of Jamaica* e na colonização britânica do Caribe. Como se relaciona com *English Humanity no Paradox*?

Burnard se refere a *English Humanity no Paradox* como “uma curiosa e ligeiramente estranha exposição em 1778 que tentou defender os ingleses da zombaria feita por Voltaire e Rousseau, que afirmavam que os ingleses eram selvagens”<sup>24</sup>. Pretendo apresentar, entretanto, outra visão: caso toda a produção escrita de Long pudesse vir a ser sintetizada em um único e extenso volume, *English Humanity no Paradox* seria o epílogo do corpo principal, *The History of Jamaica*. As possibilidades de compreensão dos escritos de Long se enriquecem caso esses materiais escritos sejam lidos enquanto parte do todo. Pierre Bayard conclui seu brilhante ensaio *Como falar dos livros que não lemos*<sup>25</sup> com a seguinte provocação: falar de um livro não lido é, em última instância, falar de um livro que não existe, criado pela união de tudo que o não-leitor conhece e imagina ser relacionado ao conteúdo daquilo que não se leu. Burnard, ao delegar *English Humanity no Paradox* ao papel de curiosa e ligeiramente estranha exposição”, faz algo similar: não aborda o panfleto pelo que ele é inteiramente, mas apenas sua superfície<sup>26</sup>.

Se Long analisou, criticou e argumentou de modo extenso sobre o império britânico e suas relações com a Jamaica tendo a ilha enquanto centro argumentativo, em *English Humanity no Paradox*, para além de defender seus compatriotas das humorosas acusações de dois dos maiores *philosophes* de seu tempo, Long argumenta a validade do império britânico, ainda que de modo superficial vide a quantidade de páginas (78). E o faz por meio de dois pontos centrais: a educação e a própria discussão do que é humanidade. Discute a educação em resposta às acusações de Voltaire, e a humanidade, às de Rousseau. Ambos os tópicos se interligam à sua concepção de império, e, para além de estruturar o panfleto, serve como acabamento para o que foi discutido em *History* e para suas propostas imperiais.

---

<sup>23</sup> *Ibid.*, pp.58-60.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p.47. Tradução própria de: “a curious and slightly strange exposition in 1778 attempting to defend the English from the jibes of Voltaire and Rousseau that the English were a savage people.

<sup>25</sup> BAYARD, Pierre. **Como falar dos livros que não lemos?**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

<sup>26</sup> Vale ressaltar que Burnard, diferente de outros historiadores, reconheceu a existência do *phamphlet* com algo a mais do que uma breve citação do nome: uma frase inteira.

## Capítulo 2: Long *versus* Voltaire

Aproximaram-se assim de Portsmouth; uma multidão de pessoas cobria a costa, e olhava atentamente para um homem bastante grande, que estava de joelhos, vendado, sobre a tibia de uma das naves da frota; quatro soldados, postos defronte dele, E cada um lhe deu três tiros na cabeça mais pacífica do mundo, e toda a congregação ficou muito satisfeita. «O que é tudo isto? diz Cândido, e que demônio exerce o seu império em toda a parte? » Ele perguntou quem era aquele homem gordo que tinha sido morto na cerimônia. É um almirante, respondeu-lhe.

E porquê matar o almirante?

É, diz-se, porque não fez matar bastantes pessoas; entregou uma luta a um almirante francês, e encontrou-se que não era próximo bastante dele.

Mas, disse Cândido, o Almirante francês estava tão longe do Almirante inglês como este estava do outro!

Isto é incontestável, respondeu-lhe; mas neste país é bom matar de vez em quando um almirante para encorajar os outros. »<sup>27</sup>

A imagem de uma Inglaterra violenta é presente em uma das obras mais famosas de Voltaire: *Candide ou l'optimisme*. No capítulo XXIII, origem do trecho citado acima, Candide chega à Inglaterra, onde assiste à execução de um almirante acusado de ter poupado a vida de um almirante francês. A execução fria e violenta do acusado, assim como o contentamento da população aglomerada que assistiu ao ato, foi motivo do espanto de Candide, que, ao argumentar que o oficial acusado era inocente, recebeu como resposta “Isso é incontestável; mas nesse país é bom matar um almirante de tempos em tempos para encorajar os outros”.

Essa visão de uma população inglesa cativada pela violência não escapa a Long, que dedicou metade de seu panfleto a contra argumentá-la. Mas, para entender qual era o ato de fala de Long ao responder a ironia de Voltaire, é necessário entender o que é um panfleto. De modo simples, um panfleto nada mais era que livretos formados por folhas impressas e dobradas de vários modos que permitiam tamanhos e número de páginas

---

<sup>27</sup> O trecho é uma tradução livre de “En causant ainsi ils abordèrent à Portsmouth ; une multitude de peuple couvrait le rivage, et regardait attentivement un assez gros homme qui était à genoux, les yeux bandés, sur le tillac d'un des vaisseaux de la flotte ; quatre soldats, postés vis-à-vis de cet homme, lui tirèrent chacun trois balles dans le crâne le plus paisiblement du monde, et toute l'assemblée s'en retourna extrêmement satisfaite. « Qu'est-ce donc que tout ceci ? dit Candide, et quel démon exerce partout son empire ? » Il demanda qui était ce gros homme qu'on venait de tuer en cérémonie. « C'est un amiral, lui répondit-on.

– Et pourquoi tuer cet amiral ?

– C'est, lui dit-on, parce qu'il n'a pas fait tuer assez de monde ; il a livré un combat à un amiral français, et on a trouvé qu'il n'était pas assez près de lui.

– Mais, dit Candide, l'amiral français était aussi loin de l'amiral anglais que celui-ci l'était de l'autre !

– Cela est incontestable, lui répliqua-t-on ; mais dans ce pays-ci il est bon de tuer de temps en temps un amiral pour encourager les autres.”; disponível em AROUET, Jean-Marie (VOLTAIRE). **Candide ou l'optimisme**. Genève: Cramer, 1759, pp. 171-172.

diferenciadas. George Orwell definiu o panfleto como “uma manifestação única”, e afirmou que “tudo que se exige dele é que seja tópico, polêmico e curto”. Esse tipo de manifestação era comum porque a população europeia não era composta por uma alta taxa de pessoas alfabetizadas, então os capazes de ler realizavam a leitura desses panfletos e outros documentos perante o público<sup>28</sup>. Bailyn, por sua vez, ao tratar dos panfletos da época da independência das Treze Colônias, recorda que os escritores de panfletos

foram, com frequência, (...) subestimados como meros divulgadores. Se seus conceitos chave — direitos naturais, a base contratual da sociedade e do governo, a singularidade da constituição mista e preservadora da liberdade da Inglaterra — eram lugares-comuns do pensamento liberal da época, a ênfase neles colocada e o seu uso não o eram<sup>29</sup>.

Portanto, o que Long objetivava ao escrever um panfleto? Pode-se argumentar que ele pretendia de fato responder às acusações feitas por Voltaire, e a resposta era curta o suficiente para ser impressa como panfleto. Mas podemos extrair ainda mais dessa escolha. Assim como *History of Jamaica* não era de fato uma tentativa de narrar a história da ilha desde sua colonização, mas sim uma crítica imperial — caso aceitemos a tese de Burnard —, ou ao menos um relato crítico do estado da ilha em seus negócios e formação social, *English Humanity no paradox: Or, an attempt to prove, that the English are not a nation of savages* [1778] não é somente um panfleto que busca provar que os ingleses tinham humanidade. Meu objetivo nesse capítulo é argumentar que Long, ao responder Voltaire, não visava apenas a responder ao *philosophe*, mas também a ridicularizá-lo, e, assim, demonstrar a superioridade do pensamento inglês, superioridade essa que justificaria a existência do Império Britânico enquanto tal e sua predominância perante o resto do mundo.

## 2.1. Uma apologia a Shakespeare

O gosto pela violência, segundo Long, se reflete nas peças do mais famoso dramaturgo inglês, William Shakespeare. No rodapé da página 14 de *English humanity no paradox*, Long cita um fragmento de um discurso de Voltaire sobre a tragédia: “The

---

<sup>28</sup> ORWELL, George e REYNOLDS, Reginald. **British Pamphleteers**. London: Allam Wingate, 1948-1951, p. 15.

<sup>29</sup> BAILYN, Bernard. **As origens ideológicas da Revolução Americana**. São Paulo: EDUSC, 2003, p. 24.

Tragedy of Hamlet is a gross and barbarous piece, and would never be borne by the lowest of the rabble in France or Italy” [A Tragédia de Hamlet é uma bruta e bárbara peça, e nunca teria nascido da mais baixa ralé da França ou Itália]<sup>30</sup>. Uma das mais longas tragédias escritas por Shakespeare, Hamlet conta a história do príncipe homônimo que decide se vingar de seu tio pelo assassinato de seu pai, o rei, e o consecutivo casamento do regicida com sua mãe. “One would think”, finaliza, “the *whole* of it was the product of the imagination of a *drunken Savage*” (*sic.*) [Poderiam pensar que o todo foi produto da imaginação de um selvagem bêbado]. Long defende os ingleses com um interessante argumento: a empatia.

Uma das mais renomadas historiadoras de nosso tempo, Lynn Hunt, dedicou um livro a pensar a relação da literatura e o surgimento dos direitos humanos. Ao analisar os romances dos grandes *philosophes* da segunda metade do século XVIII, como *Émile* [1762] de Rousseau, ela compreendeu que um dos motivos para a ascensão dos direitos humanos foi a empatia provocada por esses romances epistolares. O formato de cartas levava o leitor a se identificar e simpatizar com o personagem que narrava os acontecimentos, e essa identificação teria sido essencial para a percepção da necessidade de se pensar os direitos humanos e o apoio a estes. Long parece argumentar de modo semelhante à Hunt: o teatro teria possibilitado aos “rudes ancestrais” ingleses experimentar sentimentos mais nobres e empáticos. Assistir ao assassinato ou mutilação de um terceiro despertaria emoções com uma eficácia inalcançável pela mais dramática das narrativas. As almas dos espectadores estariam carregadas de sentimentos que variavam da barbaridade pela violência testemunhada à piedade pelo personagem e a satisfação de presenciar a virtude<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> O uso de Shakespeare como parte significativa da identidade inglesa, e por consequência contra os franceses, foi abordado no capítulo 14 de *Shakespeare in the Eighteenth Century*, escrito por Frans de Bruyn e intitulado *Shakespeare and the French Revolution*. BRUYN, Frans de. Shakespeare and the French Revolution. In: RITCHIE, Fiona; SABOR, Peter (eds.). **Shakespeare in the Eighteenth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. Para mais sobre os usos dados por Voltaire às peças de Shakespeare durante a Guerra dos Sete Anos, ver BRUYN, Frans de. Shakespeare, Voltaire, and the Seven Years' War: Literary Criticism as Cultural Battlefield. In: BRUYN, Frans de; REGAN, Shaun. **The Culture of the Seven Years' War: Empire, Identity, and the Arts in the Eighteenth-Century Atlantic World**. University of Toronto Press, 2013.

<sup>31</sup> HUNT, Lynn. **Inventing Human Rights: A History**. New York: W. W. Norton & Company, 2007. Para leituras contrárias, ver BAETS, Antoon de. Does inhumanity breeds humanity? Investigation of a paradox. **History and Theory**, vol. 51, no. 3, October 2012, pp. 451-465; LONG, Edward. **English Humanity No Paradox**, or, An attempt to prove, that the English are not a Nation of Savages. London: T. Lowndes, 1778, p.15.

O teatro, portanto, possuía um caráter educativo e moral. A exposição de cenas violentas não era, como teria defendido Voltaire, uma prova da existência da selvageria na nação inglesa, por dois motivos. O primeiro diz respeito ao tempo: Long compreendia que os “rudes” antepassados se interessavam pelas tragédias apresentadas nos palcos graças a realidade na qual estavam inseridos. Os gostos e moralidade evoluíam conforme o passar dos anos e séculos, o que tornaria acusações como a de Voltaire errôneas e injustas em sua essência. O segundo motivo se concentra no papel educativo do teatro. A violência não seria apenas para o divertimento e ou aversão do público. Ao falar sobre um livro dedicado aos comentadores de Horácio<sup>32</sup>, Long aproveitou para questionar a relação entre prazer e violência. Horácio, ao exemplificar uma cena na qual uma mãe mata seu filho, teria objetivado deixar claro sua repulsa pelo acontecimento, que seria “muito excruciante para os olhos humanos suportarem”, e utiliza Sanadon para ir além: os esportes também seriam violentos, e assistir aos mesmos “seria prazeroso apenas aos selvagens, que perderam todo senso de humanidade”<sup>33</sup>. Mas assim como o prazer não seria o objetivo de Horácio com as cenas de violência extrema, o mesmo valeria para o esporte e para o teatro como um todo. Não havia evidência que comprovasse o deleite da violência por parte de pessoas que eram amantes da liberdade e virtude, detestadoras da tirania e vício, e tão simpáticas ao sofrimento humano, fruto de suas misérias. Desse modo, Long parece ter seu argumento composto por um caráter aristotélico, já que suas observações se aproximam da ideia de catarse do filósofo antigo<sup>34</sup>.

Um dos exemplos mais marcantes para Long, e que comprovaria seu argumento, se encontra na encenação do arquétipo do pensamento político ocidental: o assassinato de César por Brutus e outros senadores romanos. A exposição do cadáver mutilado de César

---

<sup>32</sup> O comentário sobre Horácio se encontra na página 17 de **English humanity no paradox**, e foi extraído de FRANCIS, Philip. **The Epistles and Art of Poetry of Horace**, in Latin and English, with Critical Notes collected from his best Latin and French Commentators. Vol. 4, 8ª ed. London: diverse editors, 1778, p. 235.

<sup>33</sup> LONG, *op. cit.*, p.17. Os trechos entre parênteses são traduções livres de “as are too excruciating for human eyes to endure” e “can be pleasing only to a *Savage*, (...), who have *lost all sense of humanity*” (sic.).

<sup>34</sup> A catarse foi explicada por Aristóteles como a purificação e a purgação das emoções. Foi utilizada por ele na Poética como uma metáfora para descrever os efeitos da tragédia na audiência. O propósito da tragédia era o de despertar “terror e piedade” e, assim, afetar a catarse dessas emoções. BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. Catharsis. **Encyclopedia Britannica**, 26 Sep. 2018, <https://www.britannica.com/art/catharsis-criticism>. Acessado em 01 maio 2021; ARISTÓTELES. **Sobre a arte poética**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018 (384-322 a.c.), p. 89; GILBERT, Allan H.. The Aristotelian Catharsis. **The Philosophical Review**, v. 35, n. 4, jul. 1926, p. 311; MYERS, H. A.. Aristotle’s Study of Tragedy. **Educational Theatre Journal**, v. 1, n. 2, dec. 1949, pp. 121-124

teria sido um “majestoso golpe” de Shakespeare justamente por despertar no espectador emoções fortes e positivas: a sordidez presente na descrição dos acontecimentos, a empatia pela traição e pelo potencial perdido com aquela morte, a satisfação pela queda de um tirano. Voltaire teria pensado na tragédia de Brutus enquanto uma peça que só era justificável por ter sido escrita em uma “Era de Ignorância” e por um “homem que sequer compreendia o latim”<sup>35</sup>. Seria uma peça baixa demais para ser idealizada e produzida por franceses. Como visto anteriormente, pouco importava para Long que Shakespeare compreendesse ou não o latim. Seu gênio para o teatro e a oratória, e sua capacidade de despertar emoções tão profundas, fariam das peças de Shakespeare mais positivas que negativas e, em maior escala, tornaria a seguinte proposição uma verdade: mesmo quando os ingleses erram (aqui, pelo excesso de violência), eles acertam.

## 2.2. O maior dos *philosophes*

Antoine Lilti, um dos mais renomados historiadores sobre o Iluminismo da atualidade, escreveu um livro dedicado a explorar a construção da celebridade no século que vai de 1750 a 1850. O primeiro capítulo é dedicado a explorar a fama de Voltaire, que, em 1778, ano de sua morte e da publicação do panfleto aqui analisado, já estava estabelecida. Conhecê-lo era um componente obrigatório nos roteiros de viagens para a França (fosse destino principal, fosse parada de trajeto), e sua presença era sempre fruto de empolgação e reverência. Mas, assim como na atualidade, a fama tinha seu lado negativo. Lilti narra como Voltaire se sentia exausto com tanta atenção: alvo de falsários e outros indivíduos que viam na imagem dele um excelente exercício de alpinismo social, ele frequentemente comentava sobre sua fama de modo negativo, como quando fala que se sentia um monstro em exposição, ou quando afirma que desejavam a morte dele<sup>36</sup>.

Para Long, as desventuras vividas pelo idoso Voltaire eram irrelevantes. Um dos maiores gênios da “República das Letras”, Voltaire e suas opiniões errôneas sobre os ingleses seriam fruto da vida sedentária, “hábitos femininos” e elevado senso e

---

<sup>35</sup> Ibid., p. 19. Tradução livre de “in an *Age of Ignorance*” e “by a man that did not even understand Latin”. Os destaques foram feitos pelo próprio autor.

<sup>36</sup> LILTI, Antoine. **The invention of celebrity**. Trad. Lynn Jeffres. Cambridge: Polity Press, 2017, capítulo 1: Voltaire in Paris.

importância própria que caracterizaria os “homens de letras”<sup>37</sup>. A adulação nas viagens realizadas na Europa e a preferência deles por monarquias absolutas teria cegado os *philosophes* ao real caráter do “povo inglês” e a algo muito mais elementar: a diferença entre os gostos.

Após falar sobre Brutus, Long relembra ao leitor que os gostos não são iguais, o que não é um problema. As tragédias escritas na França poderiam não ser tão palatáveis para o público inglês, e prazerosas como “os rangidos e grunhidos de um porco boquiaberto”, mas isso não os levaria a acusar os franceses de possuírem gostos selvagens<sup>38</sup>. A solução é simples: respeitar os gostos individuais. É nessa simplicidade que a real ironia se encontra. As soluções óbvias são outro modo de diminuir a validade das críticas realizadas pelo “maior dos *philosophes*” para seus conterrâneos. Mas as obviedades genéricas relacionadas a diferenças culturais não são a única forma encontrada por Long para menosprezar Voltaire e Rousseau. Ele se utiliza da religião.

Voltaire era deísta, ou seja, defendia a existência de um Deus racional, que não intervém nas relações humanas e que se encontra oposto às hierarquias criadas pelas instituições religiosas. Era, portanto, crítico da Igreja Católica. Long, entretanto, não se utiliza de seus postulados sobre a religião, mas sim a sociedade na qual estava inserido. Diferentemente da Inglaterra, a França e outros países do oeste europeu eram fortemente influenciados pelas determinações papais da Igreja Católica, resumidas por Long em um único termo, papismo, o grande antagonista dos ideais ingleses pós-ruptura religiosa. Assim como Voltaire e Rousseau se utilizaram de argumentos específicos para generalizar a sociedade inglesa, Long se apropriou da ideia de papismo e as críticas feitas ao catolicismo para contrapor as afirmações feitas pelos dois *philosophes*.

### 2.3. O papismo<sup>39</sup>

Nas primeiras páginas de *English humanity no paradox*, nomeadas como *Adverstisement to the Reader*, Long relata um suposto engano ocorrido durante a segunda

---

<sup>37</sup> LONG, *op. cit.*, p. 13 e p. 67.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 22. Tradução livre de “with full as much pleasure to the squeak and gruntle of a ‘gaping pig’”.

<sup>39</sup> O papismo foi assunto recorrente na história inglesa moderna, remontando às causas da Revolução inglesa (1642-1651): Lawrence Stone relatou que o reinado de James sofreu com as acusações de papismo devido a sua política pró-Espanha. STONE, Lawrence. **The Causes of The English Revolution 1529-1642**. New York: Routledge, 2017 [1972], p.100.

metade do reinado de James II (r.1685-1688). O engano consistiu na má-interpretação do significado da sigla *S.P.Q.R.*, escrita por um “inofensivo cavalheiro” denunciado por um zeloso informante que, ao ter acesso a um pedaço de papel com essa sigla escrita, pensou ter em suas mãos evidência de uma odiosa traição. A interpretação desse informante, *Salus Populus Quærenda Rebellione* [“A Segurança da População deve ser obtida pela Resistência, alcunha de Rebelião, alcunha de Revolução, a saber, contra a paz de nosso Soberano, sua Coroa e Dignidade”] foi levada a um lorde jacobita<sup>40</sup>, que teria convocado uma junta de padres romanos para um entendimento definitivo. As interpretações absurdas desses padres levaram a calorosos debates, e a situação chegou a seu fim com a explicação do acusado, que jogou uma antiga medalha romana na mesa. “O original deveria falar por si mesmo”, teria afirmado, e o original era, como sabemos, *Senatus Populus Que Romanus*<sup>41</sup>.

Com esse relato, Long pretendeu fundamentar dois argumentos que servem como base argumentativa de todo o panfleto. O primeiro é que a falta de conhecimento do real significado de algum assunto ou evento leva a interpretações errôneas defendidas de modo voraz. A falta de conhecimento do real significado de *S.P.Q.R* teria levado a uma pequena querela argumentativa encerrada com o mais simples e objetivo dos argumentos. O segundo argumento, mais voraz, se direciona à tirania católica e suas consequências. A ignorância apresentada pelas personagens do relato e as afirmações errôneas de *philosophes* como Voltaire e Rousseau teriam, nas limitações geradas pela tirania papal, uma raiz comum.

Entre os séculos XVI – XIX, o antipapismo foi parte vital do discurso político no Império Britânico e nos Estados Unidos — quando da Independência — no que se referia à ideia de liberdade. Representava as ânsias políticas e religiosas provocadas pelos acontecimentos do século XVI, em especial a Reforma, e ia contra as leis e ordenações católicas por enxergar nessas corrupções, atitudes pecaminosas, tirania, enfim, o que, desde sua concepção, seria marcado pelo signo do mal. Os eventos da Reforma levaram

---

<sup>40</sup> O jacobitismo, vale a pena esclarecer, foi um movimento de características distintas que teve força na Inglaterra, na Escócia e na Irlanda, e tinha como objetivo comum o desejo de uma predominância católica, e por isso foi visto por seus conterrâneos enquanto uma ameaça à existência do Estado de modo militar, político e religioso. Para mais sobre os Jacobitas, ver PITTOCK, Murray G. H.. **Jacobitism**. London: Mackmillan Press LTD, 1998.

<sup>41</sup> LONG, *op. cit.*, pp. iii-viii. O original da tradução de *Salus Populus Quærenda Rebellione*, é “(...) The Safety of the People (...) must be obtained by a Resistance, *alias* Rebellion, *alias* a Revolution; to wit, against the peace of our Liege Sovereign, his Crown and Dignity”.

a acusações contra a Igreja Católica como um todo, representada pelo papa e hierarquias internas, e, principalmente, contra a representação da Igreja na Inglaterra, reconhecida como inimiga do “Estado”, da propriedade e da liberdade. O antipapismo era, portanto, inimigo da Igreja no exterior e no interior dos domínios ingleses — posteriormente britânicos<sup>42</sup>.

Agora que essa breve exposição sobre o antipapismo foi feita, podemos entender melhor suas aparições em *English Humanity no paradox*, a começar pelo *advertisement* descrito no início desse tópico. A ignorância dos padres, afoitos em discutir interpretações que prejudicariam o inglês acusado de traição; o fato do lorde que os convocou ser jacobita; e a ignorância por parte do acusador em uma era na qual as palavras perderiam seu sentido; são fatores que, unidos, demonstram o poder prejudicial de ideias, pessoas e movimentos de alguma forma ligados à hierarquia católica. Ele retoma as críticas a esses grupos na parte final do panfleto, dedicada a vindicar a justiça e liberdade inglesas.

No primeiro tópico desse capítulo vimos como os ingleses acertariam mesmo ao errar. Esta parte final é dedicada a explicar o porquê. Os diferentes costumes e as diferentes maneiras de educar estão no centro da justificativa por serem os reais fatores de diferenciação entre as nações. Os hábitos educacionais que requerem uso da violência não seriam tão frequentes na Inglaterra como no resto da Europa, e a busca por justiça teria normas consideradas por Long mais justas do que as existentes nas nações vizinhas. Em linhas gerais, a Inglaterra não seria uma nação de tiranos pela estrutura jurídica ser menos suscetível a injustiças: Em um breve resumo da história europeia que foi do final do Império Romano do Ocidente ao surgimento das sociedades cavaleirescas, Long percebeu nas práticas culturais uma exaltação da violência e a inadequação de julgamentos por combate, assim como uma tirania com raízes no catolicismo que tornava o processo menos aferível. A mídia inglesa é o grande trunfo desse argumento, já que a liberdade de imprensa cultivada pelos ingleses e a acessibilidade desses jornais tornava ao cidadão possível acompanhar e opinar sobre os acontecimentos de sua comunidade. Eles, em síntese, prestavam contas de suas ações e reações. Assim, todos os eventuais atos de torturas, perdoes reais e tirania eram vistos de modo negativo pelos compatriotas,

---

<sup>42</sup> HAEFELI, Evan (ed.). **Against Popery**: Britain, Empire, and Anti-Catholicism. Charlottesville: University of Virginia Press, 2020, p. 2-3.

e fortemente desincentivados<sup>43</sup>. Somente a justiça agradaria os ingleses, seja em apresentações teatrais, seja em ações políticas ou jurídicas.

Todas as características negativas, nessa linha argumentativa, seriam importações ou imposições estrangeiras ocorridas em determinados momentos da história inglesa. Os julgamentos cruéis e degradantes seriam característicos de reinos católicos, assim como padres que não possuíam a moralidade em grande estima, juízes suscetíveis a subornos, soberanos alheios aos ideais de justiça que usariam de suas prerrogativas para perdoar acusados... enfim, fatores que não seriam parte de um caráter nacional inglês. A superioridade inglesa, portanto, não é explicável pela ausência de erros, mas sim por não renunciar a sua real natureza ao se deixar ser escravizado pelo soberano<sup>44</sup>.

A conclusão do exposto é que, como Voltaire e Rousseau faziam parte desse sistema (o apoio ou falta de apoio destes não era relevante), eles não poderiam falar de um sistema tão dedicado aos ideais de justiça, liberdade e propriedade quanto o inglês, senão enquanto manifestação de sua ignorância. Vale ressaltar que a escravidão a que ele se refere não é associada ao sistema escravista existente no Atlântico, apoiado por Long em múltiplos momentos como dono de plantações na Jamaica e enquanto figura política antiabolicionista. Veremos mais sobre isso no próximo capítulo, assim como suas implicações na resposta à Rousseau.

---

<sup>43</sup> Long, *op. cit.*, pp.51-54.

<sup>44</sup> Long, *op. cit.*, pp.54-57.

## Capítulo 3: Legitimidade imperial

### 3.1. A acusação, ou uma disputa entre visões de humanidade

Se Voltaire atacou a ideia de humanidade entre os ingleses por meio do teatro, Rousseau teve como moto a relação entre o consumo de carne e a selvageria. Ele teria afirmado, em uma passagem de *Émile* (1762), que os ingleses seriam bárbaros por serem grandes consumidores de carne. Essa característica os tornaria, na visão do *philosophe*, mais ferozes e cruéis que outros homens, “uma observação que seria verdadeira em todos os tempos e locais”<sup>45</sup>. Para entendermos melhor a acusação, faz-se necessário entender o consumo de animais como alimento na Inglaterra do século XVIII.

Em *O homem e o mundo natural*, Keith Thomas aborda as mudanças nas relações entre humanos e animais na Inglaterra durante os três séculos entre 1500 a 1800, e nos traz um dado interessante: a Inglaterra, dentre outros países europeus, era a que mais possuía animais para uso doméstico em plantações e fazendas. O uso do cavalo enquanto animal de tração teria liberado os bois para servir de alimento, e já na metade do século XVIII a dieta inglesa tinha como elemento preponderante a carne – ao menos nas grandes cidades<sup>46</sup>. O rosbife, por fim, virara símbolo nacional.

Podemos afirmar, portanto, que a acusação de Rousseau atingira o orgulho nacional inglês, mesmo que grande parte da população inglesa não consumisse carne diariamente, mas não por chamá-los de selvagens. Para além de uma ácida ironia, Rousseau teria atacado com sua acusação as fundações da ideia de império inglês, tendo sido esse o real motivo da resposta de Long, conforme será visto no decorrer deste capítulo. Para além de rivalidades nacionais e imperiais, pretendemos argumentar que Long possuía dois objetivos ao contrapor Rousseau. O primeiro, já explorado nos outros capítulos dessa monografia, era o de defender a ideia de império inglês e demonstrar suas qualidades superiores. O segundo, muito mais pessoal, era o de demonstrar que suas afirmações sobre a formação da humanidade eram superiores à do *philosophe*.

---

<sup>45</sup> LONG, Edward. **English Humanity No Paradox**, or, An attempt to prove, that the English are not a Nation of Savages. London: T. Lowndes, 1778, p.23.

<sup>46</sup> THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 32.

Long dedicou parte do segundo volume de sua *History of Jamaica* [1774] a discutir a humanidade dos escravizados africanos. Mas sua preocupação com tais discussões remete à sua juventude, quando de sua chegada na ilha da Jamaica, aos 23 anos, no ano de 1757. Embora tenha partido para a ilha por razões de herança, encontrou na “joia da coroa” um período de grandes oportunidades e de estabilidade. Criou laços econômicos e políticos com a elite da ilha que possibilitaram ao mesmo ser apontado chefe de justiça da Vice Admiralty Court em 1760. Mas a realidade próspera se amarga com a eclosão de revolta escrava liderada por um escravizado nomeado Tacky na segunda de Páscoa de 1760. Essa “guerra local” — tal como denominada por Vincent Brown<sup>47</sup> — foi acompanhada simultaneamente por Long em decorrência de seus contatos, e marcou profundamente sua visão sobre os escravizados e sobre a política imperial<sup>48</sup>.

Os escravizados na Jamaica eram provenientes da África Ocidental, então apelidada de Costa do Ouro, onde os ingleses se faziam presentes de modo fortificado na costa, em especial no Forte *Cape Coast*. Nessa região, os ingleses entraram em contato — e realizaram comércio de armamentos — com “estados centralizados” como Asante, Oyo e Dahomey, que guerreavam entre si e com outros vizinhos em suas guerras de expansão<sup>49</sup>. Os conflitos e subsequentes expansões territoriais eram responsáveis pelo encarceramento pessoas das mais diversas categorias sociais, que, comercializadas com os europeus, eram transportadas para as colônias talhadas pelas guerras em suas terras de origem. A Jamaica foi a colônia que mais absorveu escravizados no Caribe Britânico ao usufruir do comércio marítimo que alcançou, durante a primeira metade do século XVIII, a marca de 375 mil indivíduos em cativeiro comercializados nas diferentes regiões do Atlântico, dentre os quais se encontrava Apongo, ou Wager, ou Tacky, líder da revolta homônima de cativos, que durou um ano e suspendeu a vida cotidiana dos colonizadores<sup>50</sup>.

---

<sup>47</sup> BROWN, Vincent. **Tacky’s Revolt: The Story of an Atlantic Slave War**. London/Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2020, pp. 11-13.

<sup>48</sup> LEIGH, Devin. The origins of a source: Edward Long, Coromantee Slave Revolts and The History of Jamaica. *Slavery & Abolition*, v. 40, n. 2, 2019, pp. 300-302.

<sup>49</sup> BROWN, Vincent. **Tacky’s Revolt: The Story of an Atlantic Slave War**. London/Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2020, p. 25.

<sup>50</sup> BURNARD, Trevor. **Jamaica in the Age of Revolution**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2020, pp. 5-7; e BROWN, Vincent. **Tacky’s Revolt: The Story of an Atlantic Slave War**. London/Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2020, p. 26. As fontes consultadas pela historiografia da Revolta revelam o uso desses nomes para denominar o líder da insurreição.

Nos anos seguintes à supressão insurreição escrava, Long se dedicou a criar projetos de leis e a defender a escravidão e os plantadores jamaicanos. Ao fazer parte das comissões que investigaram as razões para a revolta, entendeu que o problema estaria não na condição do sujeito enquanto escravizado, mas na sua proveniência. A Costa de Ouro seria lar dos mais bestiais seres humanos existentes, os *Coromantee*<sup>51</sup>. Mas Long não os considerava totalmente humanos, em especial por acreditar que eram fruto da mais pura selvageria e bestialidade. Para ele, a humanidade era um conjunto de raças humanas, que variavam dos brancos europeus aos orangotangos, sendo os primeiros muito mais humanos que os últimos.

Silvia Sebastiani explica que Long resgatou e validou as descrições e teorias de Buffon ao mesmo tempo que se contrapôs a suas conclusões. Buffon teria percebido o orangotango como fisicamente muito similar aos outros seres humanos, e por isso não era a aparência ou forma física que os diferenciariam, mas sim suas *capacidades mentais e intelecto superior*<sup>52</sup>. A partir dessa linha de raciocínio, Long argumentou que os escravizados não possuíam as qualidades que fazem do indivíduo um humano, em especial a capacidade de criar, de inventar. Eles seriam capazes de imitar algo que lhes foi ensinado, mas não de produzir algo novo e original. Para embasar ainda mais seu argumento, retomou Hume, que teria observado que os habitantes de Quaqua, Angola e Whidah eram inferiores ao resto da humanidade devido a sua incapacidade mental de alcançar grandes realizações<sup>53</sup>. Assim, era a mente, e não o ato, que determinava a humanidade. Long se volta contra os argumentos de Buffon, por fim, ao discutir a validade de suas considerações sobre a aparência física. O naturalista se utilizou da similaridade física enquanto impedimento, argumento inválido para Long: as características físicas não eram exclusividade dos seres humanos, portanto, se é possível encontrar homens incapazes de exercer a fala, seria possível encontrar animais capazes

---

<sup>51</sup> Coromantee era um termo guarda-chuva utilizado para escravizados nascidos na África que estivessem na América, e utilizado por Long para definir um “grupo étnico” fruto da criação colonial — ou seja, irreconhecível para as populações que o termo supostamente referenciava. LEIGH, Devin. The origins of a source: Edward Long, Coromantee Slave Revolts and The History of Jamaica. *Slavery & Abolition*, v. 40, n. 2, 2019, pp.299.

<sup>52</sup> LONG, Edward. **The History of Jamaica or general survey of the Antient State of that island with Reflections of its Situations, Settlements, Inhabitants, Climate, Products, Commerce, Laws, and Government, in three volumes.** London: T. Lowndes, 1774, p. 371.

<sup>53</sup> *Ibid.*, pp. 369-376.

de falar. A característica física deixava de ser impedimento para se tornar parte do debate<sup>54</sup>.

Rousseau, entretanto, percebia a humanidade de um modo muito distinto ao de Long. Para o *philosophe* iluminista, o estudo das diversidades humanas levaria à compreensão do que era a humanidade. Para esse fim, defendia a existência de filósofos viajantes, que visitariam essas populações e localidades distantes e produziriam relatos esclarecedores, o que considerava em falta com o excesso de relatos de viagens repletos de mentiras escritos a partir de relatos exagerados de marinheiros, ou da visão enviesada de letrados que direcionariam a escrita dos acontecimentos para fins pessoais, como os missionários. Essa busca para compreender a multiplicidade humana, relacionada às conclusões que chegou em seu discurso sobre a origem da desigualdade, demonstra, de acordo com Sankar Muthu, a posição contra a ideia de império em que se encontrava Rousseau<sup>55</sup>.

Quando escreveu sobre a existência “pré-cultural” dos seres humanos, Rousseau teria tornado clara sua visão sobre o que fazia do indivíduo um humano. A cultura, costumes e práticas sociais seriam roupagens posteriores que cobririam o núcleo composto pela autopreservação, capacidade de empatia, de piedade, e de outros sentimentos. A civilização, as ciências, artes e tecnologia seriam a corrupção desse homem natural, o nobre selvagem cuja reminiscências eram encontradas nas colônias americanas. Portanto, os orangotangos seriam tão humanos quanto os brancos europeus, sendo a distinção o estado de natureza no qual se encontravam<sup>56</sup>.

E é isso que nos leva, enfim, a entender a posição contrária de Rousseau à ideia de império. Sendo os homens, em última instância, iguais, e com características culturais diferentes em virtude das circunstâncias as quais foram expostos, a ideia de uma população estabelecer domínio sob as outras se tornava inválida. Todos eram iguais, possuidores de qualidades e defeitos, semelhantes e distintos. Logo, imperfeitos. A acusação dos hábitos alimentares ingleses seria, para além de uma ironia em cima de uma

---

<sup>54</sup> SEBASTIANI, Silvia. Challenging Boundaries: Apes and Savages in Enlightenment. Em: HUND, Wulf D., MILLS, Charles W., SEBASTIANI, Silvia (Eds.) **Simianization: Apes, Gender, Class, and Race**. Zürich: LIT Verlag Fresno, 2015, p. 124-127.

<sup>55</sup> MUTHU, Sankar. **Enlightenment Against Empire**. New Jersey: Princeton University Press, 2003, p.31-33; e PAGDEN, Anthony. **The Enlightenment and why it still matters**. Oxford: Oxford University Press, 2013, cap. 5.

<sup>56</sup> MUTHU, Sankar. **Enlightenment Against Empire**. New Jersey: Princeton University Press, 2003, p.33-40.

prática reconhecida como ligada à selvageria pelos letrados europeus, um lembrete de sua contradição. Como uma população que se orgulhava tanto de possuir uma civilidade superior era tão afetada por práticas tão selvagens? Ao menos, argumentamos que foi assim que Long teria entendido o comentário irônico, e dali formulado sua resposta.

### 3.2. O império contra-ataca

É válido pontuar que, para os objetivos dessa análise, importa não exatamente as intenções de Rousseau, mas a forma como essas foram recebidas e interpretadas por Long e o levado a se posicionar em contrariedade. E ele se posicionou de algumas maneiras. A primeira foi a mais direta. Ele parece levar a acusação a sério enquanto um fato corriqueiro, e realiza algumas considerações. Ao reconhecer que o excesso de consumo de carne é ligado à bestialidade, aproveitou para recordar que parte considerável da população da Inglaterra — importante frisar que ele nunca incluiu os outros participantes do império (escoceses e galeses) — não consumia carne, mas sim grãos. No começo desse capítulo comentamos que a população das grandes cidades consumia mais carne em comparação aos núcleos populacionais interioranos. Keith Thomas retoma a fala de 1608 de um teólogo inglês que expos uma realidade fundamental ao argumento de Long: “os pobres camponeses” tinham como alimento “queijo duro, leite e raízes”<sup>57</sup>. Que, entre os séculos XVII e XVIII, o rosbife tenha sido o símbolo nacional inglês, não aparece aqui a não ser de uma única maneira, a culpabilização da oposição<sup>58</sup>.

Essa oposição, nunca diretamente esclarecida por Long, seria responsável pelo elevado consumo de carne e pelas práticas selvagens. Dois amigos, um, da dita oposição, e outro, participante de um clube de fazendeiros, do clero e da aristocracia chamado *Antediluvan*, teriam revelado a Long que seus membros consumiram a maior quantidade de carne vista pelo reino nos últimos 100 anos<sup>59</sup>. A população de Londres também não escapava do consumo excessivo de carne e peixe, embora não se pudesse determinar as quantidades exatas. A real questão da carne, para Long, não se encontra em seu simples

---

<sup>57</sup> THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 34.

<sup>58</sup> LONG, Edward. **English Humanity No Paradox**, or, An attempt to prove, that the English are not a Nation of Savages. London: T. Lowndes, 1778, p. 24-25.

<sup>59</sup> *Ibid.*

consumo, mas no modo de preparo. Por ser um país frio e de culinária refinada, a população era capaz de preparar a carne de diversas maneiras, que, recorda Long a Rousseau, seriam capazes de alterar os efeitos desse alimento no corpo humano<sup>60</sup>. É a partir daqui que a resposta de Long deixa de se apoiar na realidade quotidiana inglesa para retomar suas considerações sobre a humanidade e sua composição.

Para Long, os reais selvagens seriam os africanos, que, devido a seu ínfimo conhecimento culinário, consumiriam a carne crua. O consumo de carne não seria de todo prejudicial, pois evitaria que os ingleses se transformassem em “indivíduos fracos e efeminados”, os “mais simples escravos na Europa”, os Gaures, população asiática — provavelmente indiana — citada por Long ao ironizar os efeitos dos “poderes mágicos dos vegetais”<sup>61</sup>. O problema estaria, como dito anteriormente, no preparo, mas não apenas nele. Como argumentamos na seção anterior, a selvageria para Long era parte dos indivíduos bestiais, e por isso não era o consumo alimentar que definiria a selvageria de uma população.

Ele recorda que algumas populações asiáticas indianas, os hotentotes na África, e os indígenas americanos, eram consumidores de grãos e vegetais, e mesmo assim teriam sido responsáveis por grandes demonstrações da mais absurda crueldade. Locais sem consumo de carne eram mais conhecidos por suas barbaridades que a Inglaterra setecentista e seu rosbife. Assim, Rousseau teria falhado ao argumentar que a selvageria e o consumo de carne eram ligados em todos os lugares e tempos, e, de modo mais elementar, na pesquisa conduzida para realizar a afirmação. Sua incompetência foi, em última instância, sua ruína<sup>62</sup>.

Ao retomar a questão do preparo, Long exalta a terra inglesa e sua capacidade de produzir alimentos da melhor qualidade, e isso, junto de outras características, exigiriam do observador externo análises e conclusões feitas com “sentimentos mais compreensivos”. Ao contra argumentar a observação de Rousseau, Long teria deslegitimado todas as outras observações contrárias do *philosophe*. Portanto, os costumes, a educação, as leis, a história, e várias outras particularidades serviriam para hierarquizar as populações, e colocar os ingleses no topo. Os ingleses, como visto no

---

<sup>60</sup> *Ibid.*, p. 26-27.

<sup>61</sup> *Ibid.*, p. 29-30.

<sup>62</sup> *Ibid.*, p. 31-33.

capítulo anterior, eram, para Long, educados, justos e disciplinados, e por isso um exemplo para o resto da Europa e as outras regiões do globo. As falhas alimentares dos ingleses existiam, mas não se encontravam no consumo de alimentos sólidos, e nem eram o bastante para deslegitimar a superioridade inglesa. Essas falhas, reconhece Long, estariam traduzidas no consumo de bebidas alcoólicas, e mesmo assim não eram responsabilidade coletiva, mas sim da administração. E a administração poderia, com justiça, ser criticada. A população inglesa, não.

### **3.3. Mesmo no erro, um acerto. E a razão de escolher pessoas célebres.**

Long finaliza o trecho dedicado a responder Rousseau com mais exaltações às características inglesas. Para ele, diferente das outras nações e reinos, a disciplina teria nascido junto da Inglaterra, quando a Natureza teria plantado na ilha a bétula, gênero de árvores características do hemisfério norte, e reforçada quando da Reforma, com as ferramentas protestantes<sup>63</sup>.

A disciplina, a recusa a qualquer ação que pudesse levar à perda de liberdade e à tirania, a educação nacional, a cultura e os modos demonstrariam sozinhos as qualidades superiores dos ingleses, e justificariam seus desejos de expansão imperial e o merecimento da predominância conquistada por eles. Assim como quando contra-argumentou Voltaire, os argumentos de Long contra a afirmação de Rousseau tinham como objetivo argumentar a superioridade do pensamento inglês e a validade de seu império. Mas porque escolher os dois *philosophes*? Não era apenas para contra-argumentá-los, mas sim por sua celebridade. Como visto no capítulo anterior, Voltaire e Rousseau eram portadores, na década de 1770, de uma fama que ia além das fronteiras europeias, de modo positivo e negativo. Respondê-los e, subsequentemente, humilhá-los e inferiorizá-los, era um grande meio que, para Long, serviria para propagar a síntese de sua ideia: era a Inglaterra, e não a França dos *philosophes*, que possuía as qualidades necessárias para um mundo melhor.

---

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 36-38.

## Conclusão, ou o poder de um bom título

Ao longo dessa monografia, busquei argumentar, espero que com sucesso, que Edward Long escreveu o panfleto tendo como um de seus “atos de fala” a defesa do império inglês, em especial ao responder os mais célebres *philosophes* da segunda metade do século XVIII, Rousseau e Voltaire. Os argumentos foram da violência nas pecas teatrais e as práticas culturais à discussão sobre selvageria e a multiplicidade humana. Mas resta um elemento a ser discutido, que remete ao início do panfleto: o título.

Um título é considerado bom, no meio acadêmico, quando revela a ambição do trabalho em seu corpo. A delimitação temática, espacial e temporal aliada à uma descrição objetiva é útil para o leitor desavisado, que se interessa pela potência do trabalho em suas mãos, e pelo crítico consciente, que percebe logo na capa que seu objeto de análise foi escrito por alguém que tinha uma ideia clara do que se propôs a publicar. Essa é uma qualidade presente no panfleto de Long.

*English Humanity No Paradox, or, An attempt to prove, that the English are not a Nation of Savages* possui várias camadas. Num primeiro momento, informa ao interessado que o objetivo do texto em suas mãos é ir contra alguma ideia dos ingleses enquanto selvagens. Em uma análise mais atenta, revela a exclusão de outros reinos que compunham o Reino Unido para dar ênfase aos súditos da coroa inglesa. E, por fim, *English Humanity No Paradox* é compreendido enquanto um argumento dupla-face. Antes de dedicar seu tempo à análise, o leitor compreenderia que existe um paradoxo com a ideia de humanidade inglesa, que provavelmente será explicada no decorrer do panfleto. Somente após a leitura que se entende o “*no paradox*” como a afirmação da falta de paradoxo entre práticas culturais inglesas e a posse de humanidade por parte destes, e, mais especificamente, a negação de uma visão estrangeira sobre assuntos nacionais e imperiais.

Do título a última página, Long tratou das qualidades inglesas, e exclusivamente dos ingleses, para se posicionar a favor da predominância de seus compatriotas, contra as percepções negativas do poderio imperial rival, e para propor a sua visão de império, com valores estabelecidos e hábitos louváveis e condenáveis. Não se sabe da recepção desse panfleto, mas é possível afirmar que, em sua lógica própria, é um escrito que possui coerência argumentativa desde a primeira palavra, com o fim último de negar o paradoxo antes que se tornasse uma barreira entre onde se encontravam e onde gostariam de chegar.

## BIBLIOGRAFIA

### 1. Corpus documental

#### Fonte principal

LONG, Edward. **English Humanity No Paradox**, or, An attempt to prove, that the English are not a Nation of Savages. London: T. Lowndes, 1778.

#### Fontes secundárias

AROUET, François-Marie (VOLTAIRE). **Candide ou l'optimisme**. Genève: Cramer, 1759.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. Catharsis. **Encyclopedia Britannica**, 26 Sep. 2018, <https://www.britannica.com/art/catharsis-criticism>. Acessado em 01 maio 2021.

FRANCIS, Philip. **The Epistles and Art of Poetry of Horace**, in Latin and English, with Critical Notes collected from his best Latin and French Commentators. Vol. 4, 8<sup>a</sup> ed. London: diverse editors, 1778.

FUITIÈRE, Antoine / BRILLANT, Abbé. **Dictionnaire universel françois et latin** : vulgairement appelé dictionnaire de Trévoux, contenant la signification & la définition des mots de l'une & de l'autre langue, avec leurs différens usages; les termes propres de chaque etat & de chaque profession : la description de toutes les choses naturelles & artificielles; leurs figures, leurs espèces, leurs propriétés: L'explication de tout ce que renferment les sciences & les arts, soit libéraux, soit mécaniques, &c. Avec des remarques d'érudition et de critique; Le tout tiré des plus excellens auteurs, des meilleurs lexicographes, etymologistes & glossaires, qui ont paru jusqu'ici en différentes langues. Paris : Compagnie de libraires associés, 1771.

LONG, Edward. **The History of Jamaica or general survey of the Antient State of that island with Reflections of its Situations, Settlements, Inhabitants, Climate, Products, Commerce, Laws, and Government, in three volumes**. London: T. Lowndes, 1774.

### 2. Artigos e livros

- ARISTÓTELES. **Sobre a arte poética**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.
- BAETS, Antoon de. Does inhumanity breeds humanity? Investigation of a paradox. **History and Theory**, vol. 51, no. 3, October 2012, pp. 451-465.
- BANKS, Kenneth J. **Chasing Empire Across the Sea: Communications and the State in the French Atlantic 1713-1763**. McGill-Queen's University Press, 2003.
- BAILYN, Bernard. **As origens ideológicas da Revolução Americana**. São Paulo: EDUSC, 2003.
- BAYARD, Pierre. **Como falar dos livros que não lemos?**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- BROWN, Vincent. **Tacky's Revolt: The Story of an Atlantic Slave War**. London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2020.
- BRUYN, Frans de. Shakespeare and the French Revolution. In: RITCHIE, Fiona; SABOR, Peter (eds.). **Shakespeare in the Eighteenth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- \_\_\_\_\_. Shakespeare, Voltaire, and the Seven Years' War: Literary Criticism as Cultural Battlefield. In: BRUIN, Frans de; REGAN, Shaun. **The Culture of the Seven Years' War: Empire, Identity, and the Arts in the Eighteenth-Century Atlantic World**. University of Toronto Press, 2013.
- BURNARD, Trevor. **Jamaica in the Age of Revolution**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2020.
- \_\_\_\_\_. Slavery and the Enlightenment in Jamaica and the British Empire, 1760–1772: The Afterlife of Tacky's Rebellion and the Origins of British Abolitionism. Disponível em: TRICOIRE, Damien (ed.). **Enlightened Colonialism: Civilization Narratives and Imperial Politics in the Age of Reason**. Cham: Palgrave Macmillan, 2017.
- CURRAN, Andrew S. **The Anatomy of Blackness: Science & Slavery in an Age of Enlightenment**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011.
- DAVIS, David Brion. **The Problem of Slavery in the Age of Revolution: 1770-1823**. New York: Oxford University Press, 1999 [1975].
- GILBERT, Allan H.. The Aristotelian Catharsis. **The Philosophical Review**, v. 35, n. 4, jul. 1926, pp. 301-314.

GOVEIA, Elsa V. **A Study on the historiography of the British West Indies to the end of the nineteenth century**. Washington, D.C.: Howard University Press, 1980 [1956].

HAEFELI, Evan (ed.). **Against Popery: Britain, Empire, and Anti-Catholicism**. Charlottesville: University of Virginia Press, 2020.

HUNT, Lynn. **Inventing Human Rights: A History**. New York: W. W. Norton & Company, 2007.

LEIGH, Devin. The origins of a source: Edward Long, Coromantee Slave Revolts and The History of Jamaica. **Slavery & Abolition**, v. 40, n. 2, 2019, pp. 295-320.

LILTI, Antoine. **The invention of celebrity**. Trad. Lynn Jeffres. Cambridge: Polity Press, 2017.

MUTHU, Sankar. **Enlightenment Against Empire**. New Jersey: Princeton University Press, 2003.

MYERS, H. A.. Aristotle's Study of Tragedy. **Educational Theatre Journal**, v. 1, n. 2, dec. 1949, pp. 115-127.

ORWELL, George e REYNOLDS, Reginald. **British Pamphleteers**. London: Allam Wingate, 1948-1951.

PAGDEN, Anthony. **The Enlightenment and why it still matters**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

PITTOCK, Murray G. H.. **Jacobitism**. London: Mackmillan Press LTD, 1998.

SEBASTIANI, Silvia. Challenging Boundaries: Apes and Savages in Enlightenment. Disponível em: HUND, Wolf D. (*et al*). **Simianization: Apes, Gender, Class, and Race**. Zürich: LIT Verlag, 2015.

SETH, Suman. Materialism, Slavery, and The History of Jamaica. **Isis**, vol. 105, 2014, n. 4, pp.764-772.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. **Revista Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, p. 358-399, 2017.

STONE, Lawrence. **The Causes of The English Revolution 1529-1642**. New York: Routledge, 2017 [1972].

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

## **Declaração de autenticidade**

Eu, Gino de Castro Pinori, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado "A vindicação de Império em English Humanity No Paradox (1778)" foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores.

Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Em 29 de abril de 2021

Assinatura: Gino de Castro Pinori